

Debaixo dos caracóis dos seus cabelos: as mudanças nas políticas da Meta e a tomada da Casa Branca pelo Vale do Silício

Under the curls of your hair: changes in Meta's policies and Silicon Valley's takeover of the White House

Bajo los rizos de tu cabello: los cambios en las políticas de Meta y la toma de la Casa Blanca por Silicon Valley

Rafael Evangelista^{1,a}

rae@unicamp.br | <https://orcid.org/0000-0001-5446-5792>

¹ Universidade Estadual de Campinas, Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Campinas, SP, Brasil.

^a Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas.

RESUMO

O artigo analisa as recentes mudanças nas políticas da Meta, incluindo a flexibilização na moderação de conteúdo e o abandono de agências de checagem de fatos. Essas transformações situam-se em um contexto mais amplo de ascensão da influência do Vale do Silício na política norte-americana, especialmente após a eleição de Donald Trump. Argumenta-se que tais alterações não são apenas reações a plataformas concorrentes como o X de Elon Musk, mas refletem uma visão de mundo compartilhada pelas Big Techs, baseada em princípios do neoliberalismo aplicado ao digital e do capitalismo de vigilância. Além de examinar os impactos na difusão de desinformação e discursos extremistas, o texto discute o papel das redes sociais na modulação do comportamento político e social. Por fim, são apresentadas alternativas regulatórias e tecnológicas para mitigar a dependência das sociedades em relação às grandes plataformas digitais.

Palavras-chave: Redes sociais; Desinformação; Ideologia; Capitalismo de vigilância; Regulação digital.

ABSTRACT

The article examines recent changes in Meta's policies, including the loosening of content moderation and the abandonment of fact-checking agencies. These transformations are placed within a broader context of Silicon Valley's growing influence on U.S. politics, especially after Donald Trump's election. It is argued that these changes are not merely reactions to competing platforms such as Elon Musk's X but rather reflect a worldview shared by Big Tech companies, based on the principles of neoliberalism applied to the digital sphere and surveillance capitalism. In addition to analyzing the impacts of the spread of disinformation and extremist discourse, the text discusses the role of social networks in shaping political and social behavior. Finally, regulatory and technological alternatives are presented to mitigate society's dependence on major digital platforms.

Keywords: Social networks; Disinformation; Ideology; Surveillance capitalism; Digital regulation.

RESUMEN

El artículo analiza los recientes cambios en las políticas de Meta, incluida la flexibilización de la moderación de contenido y el abandono de agencias de verificación de hechos. Estas transformaciones se sitúan en un contexto más amplio de creciente influencia de Silicon Valley en la política estadounidense, especialmente tras la elección de Donald Trump. Se argumenta que estos cambios no son solo reacciones a plataformas competidoras como X de Elon Musk, sino que reflejan una visión del mundo compartida por las Big Techs, basada en los principios del neoliberalismo aplicado a lo digital y del capitalismo de vigilancia. Además de examinar los impactos en la difusión de desinformación y discursos extremistas, el texto discute el papel de las redes sociales en la modulación del comportamiento político y social. Finalmente, se presentan alternativas regulatorias y tecnológicas para mitigar la dependencia de las sociedades respecto de las grandes plataformas digitales.

Palabras clave: Redes sociales; Desinformación; Ideología; Capitalismo de vigilancia; Regulación digital.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores: o autor é responsável por todo o texto.

Declaração de conflito de interesses: não há.

Fontes de financiamento: não houve.

Considerações éticas: não há.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: Agradeço os gentis comentários de Fabricio Solagna.

Histórico do artigo: submetido: 6 mar. 2025 | aceito: 12 mar. 2025 | publicado: 28 mar. 2025.

Apresentação anterior: não houve.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Recis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

Como um bom quarentão adentrando sua crise de meia-idade, Mark Zuckerberg surgiu em 2025 renovado, assumindo os cachos loiros – nada mais Califórnia do que isso – e usando uma correntinha dourada estrategicamente posicionada para fora da camiseta escura, que dessa vez não trazia nenhum dizer. Nos últimos meses, ele já vinha ostentando em suas vestimentas frases como “*Pathei Mathos*”, expressão grega que pode ser traduzida por “aprendizado pelo sofrimento”. Deveríamos ter interpretado isso como um sinal, pois o anúncio recente foi de um rompimento com práticas de moderação de conteúdo por parte da Meta, as quais procuravam justamente evitar o martírio de seus usuários, e passam agora a permitir o que até então era considerado discurso de ódio. O líder da empresa comunicou também o rompimento com as políticas de colaboração com as agências de checagem de fatos, optando por um sistema semelhante ao adotado no X de Elon Musk, as “notas da comunidade”.

A relação entre a fala e o figurino não é fortuita. Ao mesmo tempo que Zuckerberg abandona os famigerados *sorry suits*, os ternos e a cara assustada por que ficou conhecido, ao depor no Congresso dos Estados Unidos, entra em sintonia com o espírito tiozão bilionário macho alfa de seus companheiros de Vale do Silício, que tomaram de assalto a Casa Branca após a eleição de Donald Trump. Os líderes das Big Techs decididamente abandonaram a postura despojada “*don’t be evil*”, como dizia o antigo mantra do Google, e agora calçam os sapatos do mais perfeito herói randiano¹, obstinado em adequar o mundo à sua visão. Os impactos concretos da mudança das políticas da Meta precisam ser analisados em seus efeitos de curto, médio e longo prazos. Isso significa entendê-las em referência à competição imediata com outras plataformas, mas também em conjunto com uma visão de mundo comum entre os líderes das Big Techs em seus projetos de reorganização da sociedade.

Tudo indica que um dos fatores determinantes para as mudanças políticas da Meta foi a eleição de Donald Trump. Na cerimônia de posse estavam todos lá: Zuckerberg, da Meta; Jeff Bezos, da Amazon; Sundar Pichai, da Alphabet/Google; Tim Cook, da Apple; Shou Zi Chew, do TikTok; e Sam Altman, da novata OpenAI. E, claro, Elon Musk, da Tesla/Starlink/X, que além de tudo virou conselheiro sênior do presidente. O Vale do Silício, que nos anos 1990-2000 dizia ter restrições éticas para a aplicação de suas tecnologias para a guerra (Evangelista, 2018), aprofundou suas relações como prestador de serviços aos diferentes níveis de operação do Estado. O ápice dessa virada é a unidade ofertada a Musk, o Doge, sigla que significa Departamento de Eficiência Governamental – ao mesmo tempo que é um escárnio que faz referência à criptomoeda/*memecoin* de mesmo nome, a *dogecoin*, promovida pelo empresário. Musk talvez seja o líder mais caricato das Big Techs em fase Trump: extravagante, sem medo do ridículo pessoal, de exercer e traficar influência, ou de fazer negócios no limite da legalidade. Sua busca por tornar o Estado mais eficiente significa praticamente destruí-lo por dentro.

MUSK É REFERÊNCIA PARA ZUCKERBERG (E X PARA A META)

Zuckerberg citou diretamente o X em sua declaração, de alguma forma tomando-o modelo na garantia da versão estadunidense da liberdade de expressão. Mas sua ação é também um ajuste em que um competidor econômico se adequa ao outro. Quando o Twitter foi comprado por Musk, se tornando o X, a Meta lançou o Threads, plataforma que emula as funcionalidades do primeiro, porém integrado diretamente ao Instagram. Foi um claro movimento de mercado em que se buscou oferecer aos usuários um refúgio moderado frente ao avanço do extremismo no Twitter. Este não só mudou suas políticas de monetização e de manejo dos conteúdos, como passou por uma transformação simbólica ao se tornar um espaço gerido por alguém que

¹ O herói randiano, inspirado na filosofia objetivista de Ayn Rand, representa o ideal do indivíduo autossuficiente, racional e inovador, rejeitando o coletivismo e o Estado e exaltando o empreendedorismo. Rand é descrita em artigos jornalísticos (Bilton, 2016) como tendo grande influência sobre os empreendedores do Vale do Silício, sendo que sua filosofia sugere que é desejável ser egoísta e ganancioso, em especial no mundo dos negócios, onde a mentalidade de vencer a qualquer custo seria o preço de mudar as normas da sociedade.

mais de uma vez amplificou ideias neonazistas (Beauchamp, 2025). Com o Threads, a Meta buscou também abocanhar uma fatia do uso público do Twitter, talvez uma das plataformas mais utilizadas por políticos e jornalistas e tida como central para os debates públicos.

O problema de a Meta se aproximar da filosofia do X/Twitter é que, embora as elites conversem por meio da empresa de Musk, são as plataformas da Zuckerberg as de maior penetração e influência direta no mundo todo. Não bastasse a Meta ter o Facebook, ainda a maior rede social do planeta, ela é a dona do Instagram, que nasce como uma plataforma de fotos, mas gradualmente se torna também uma plataforma de vídeos curtos, além de ter se tornado lugar de referência para a divulgação de bares, restaurantes e eventos culturais. Mais importante ainda, a Meta controla o WhatsApp, aplicativo de mensagens que se tornou essencial na comunicação interpessoal, fonte de acesso a serviços de governo e principal fonte de informações para os brasileiros (Valente, 2019), ultrapassando a televisão.

As novas políticas da Meta afetam diretamente a dinâmica social de plataformas como Facebook, Instagram e Threads e apontam para uma virada na estratégia de oferecimento de refúgios mais seguros. Essas mudanças de 2025 devem ser analisadas em seu conjunto e, ao lado do abandono das agências de checagem e da permissividade ao discurso de ódio, está a retomada da recomendação de conteúdos claramente políticos. Isso significa que a plataforma procurará estimular o espalhamento desse tipo de material, buscando o engajamento em torno deles.

Mesmo quando não seguir o político A ou B é possível que o usuário seja exposto a esses conteúdos em sua linha do tempo. É inclusive algo coerente com as denúncias feitas pela ex-funcionária do Facebook, Frances Haugen, ainda em 2021, que revelou como a rede social estava ciente dos efeitos deletérios de mudanças em seus algoritmos de distribuição de conteúdos e optou por não fazer nada para não prejudicar os lucros. Em 2018, o Facebook implementou um algoritmo a partir do conceito de “Interações Sociais Significativas” (do inglês, Meaningful Social Interactions (MSI)).

O objetivo declarado dessa mudança era priorizar conteúdos que fomentassem interações mais profundas entre amigos e familiares. Para isso, o algoritmo passou a valorizar mais as postagens que geravam comentários, compartilhamentos e reações, o engajamento ativo. Conteúdos de meios de comunicação tiveram sua visibilidade reduzida. A própria equipe do Facebook alertou que isso levou ao aumento da disseminação de conteúdos polarizadores, já que o engajamento foi usado como critério principal. A empresa optou por engavetar o problema. (The Facebook [...], 2021).

MÁQUINA DE RADICALIZAÇÃO POLÍTICA

O WhatsApp não será afetado diretamente pelas mudanças, mas as plataformas de redes sociais precisam ser analisadas como um ecossistema complexo, em que os efeitos das novas regras se espalham e contaminam os diferentes ambientes. Em pesquisa que realizei durante as eleições de 2018, com Fernanda Bruno (Evangelista; Bruno, 2019), discutimos o papel do WhatsApp na eleição de Bolsonaro. Ali, mostramos como a função dos grupos do WhatsApp foi utilizada como estratégia de *marketing* eleitoral. Milhares de grupos de discussão, com diferentes nomes – muitos dos quais, em tese, serviriam para discutir assuntos não eleitorais ou mesmo não políticos –, se tornaram uma rede social paralela. Pessoas ligadas à então campanha de Jair Bolsonaro acompanhavam e controlavam o conteúdo desses grupos, os quais são fechados, portanto de difícil visualização e estudo por jornalistas e pesquisadores. Não à toa surgiram, à época, iniciativas como o Monitor do WhatsApp da UnB (Melo *et al.*, 2019), buscando trazer à luz pelo menos parte desses conteúdos compartilhados. Ao estarem presentes em diversos desses grupos, os marqueteiros bolsonaristas formaram uma rede paralela e invisível de vigilância sobre a comunicação dos membros dos grupos.

Porém, ao circular nesses ambientes, os conteúdos ganham tração e acabam sendo impulsionados em outras redes sociais. Os algoritmos dessas outras plataformas identificam que determinado conteúdo está tendo um acesso considerável e o impulsionam ainda mais. Para as redes sociais do Vale do Silício, não importa se aquele material é desinformação ou não, se é discurso de ódio ou não, o que vale é acelerar aquilo que demonstra alto potencial de viralização.

A dissertação de Jane Mesquita, intitulada *A máquina política e a política da máquina: um olhar sobre a direita no YouTube (2024)*, mostra como produtores de conteúdos em vídeo para o YouTube identificam o discurso da extrema-direita e a rede de compartilhamento bolsonarista como uma oportunidade de negócio. Canais do YouTube se alinham a certos temas da política para obter mais visualizações. Trata-se de uma sinergia entre o modelo de negócios desregulamentado das plataformas e os temas emocionais e sensacionalistas da extrema-direita. As já frágeis regras de moderação, aplicadas tibiamente, são propositalmente lentas e ineficazes na derrubada de conteúdos nocivos. As mudanças nas regras da Meta vão piorar a situação no Facebook, no Threads e no Instagram, mas devem afetar todo o ecossistema informacional.

MODELO DE NEGÓCIOS UNE ATENÇÃO, VIGILÂNCIA INFORMACIONAL E LUCROS

Os achados de Mesquita (2024) ilustram bem o modo que as principais empresas de tecnologia arrumaram para conseguir lucros, sendo esse modo um elemento essencial para a epidemia da desinformação. Os dados de campo da pesquisadora atravessam o período da pandemia, no qual a desinformação, o discurso antivacinas – por meio do negacionismo – e a promoção de falsas soluções mágicas, associados ao oportunismo político, produziram consequências trágicas. Explorar algoritmicamente o sensacionalismo favorece os lucros das empresas, sem que elas sejam responsabilizadas, pública e civilmente, pela autoria dos conteúdos. Mas as Big Techs não são intermediárias neutras: elas são as responsáveis pelos estímulos econômicos que também sustentam a produção desses conteúdos, além de comandarem os algoritmos que valorizam as visualizações a qualquer custo em detrimento da qualidade.

A atenção sempre esteve no cerne do modelo de negócio ligado à indústria da comunicação em geral. Atrair o olhar ou escutar o público é historicamente estratégico para as empresas de mídia, seja o jornal impresso com seus anúncios, sejam a TV e o rádio com seus intervalos comerciais. Para que esse processo não seja um vale-tudo, surgiram tanto medidas regulatórias por parte do Estado quanto regras da própria indústria, por meio das sociedades de classe (Evangelista, 2023). Regras semelhantes às que o Vale do Silício vem combatendo via *lobby* legislativo, sempre se escorando na ideia de liberdade de expressão acima de tudo.

Tal defesa de ideais na verdade se conjuga muito à sustentação de um modelo de negócio. A economia da atenção e o capitalismo de vigilância não apenas compartilham suas lógicas, mas estão estruturalmente interligados (Bentes, 2021). O modelo de negócios das grandes plataformas digitais, como os produtos da Meta (Facebook e Instagram, em especial) e do Google, não se limita à venda de publicidade baseada na atenção dos usuários, mas, sim, à extração em massa de dados comportamentais, os quais são processados por algoritmos em busca da predição e modificação de ações humanas futuras.

A atenção dos indivíduos funciona como um elemento fundamental envolvido na extração e monetização dos dados, dando sustentação à capacidade das empresas de não apenas prever, mas também influenciar escolhas e comportamentos. Como aponta Shoshana Zuboff (2021), o capitalismo de vigilância prospera ao criar mercados preditivos, nos quais o conhecimento antecipado das ações dos usuários e a possibilidade de influenciá-las se tornam ativos valiosos para empresas e anunciantes. Assim, a lógica da captação da atenção se desdobra em mecanismos de controle e gestão da conduta, configurando uma economia na qual a vigilância não é um efeito colateral, mas sim um pilar essencial da acumulação de capital.

IDEOLOGIA CALIFORNIANA E O PODER INSTRUMENTÁRIO

Zuboff, que desenvolveu a ideia da vigilância como elemento fundamental do modelo de negócio das redes sociais, é autora de *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder* (2019). O livro, no entanto, vai além da historicização de como as empresas aprenderam a ganhar dinheiro de verdade com a internet – o que nenhuma delas vinha conseguindo até então – e foi essa descoberta que levou à emergência das Big Techs. Quando discute o que chama de poder instrumentário, Zuboff mergulha nas distopias do Vale do Silício, o que nos dá pistas para entender os efeitos sociais profundos, de impacto global, e o motivo de as Big Techs estarem tão próximas ao governo Trump. Nos últimos anos, têm surgido barreiras regulatórias para a ação dessas empresas, e estar no centro do poder é uma maneira de derrubar essas barreiras e, se for possível, de corroer o Estado por dentro também.

Os estudos sobre o Vale do Silício em seus aspectos ideológicos datam desde, pelo menos, o final do século XX. A crítica mais pungente partiu dos ingleses Richard Barbrook e Andy Cameron, que em 1995 escreveram um ensaio intitulado *The Californian ideology* (1996). Segundo essa perspectiva, a ideologia da Califórnia combina elementos da contracultura dos anos 1960-1970, como o idealismo *hippie*, com o empreendedorismo individualista dos *yuppies* dos anos 1980. Essa fusão gerou uma visão otimista e tecnodeterminista na qual a tecnologia digital é vista como uma força de emancipação social, ao mesmo tempo que reforça uma lógica neoliberal e de mercado. A ideologia rejeitou as versões mais à esquerda, que viam a internet como uma possibilidade de superação do capitalismo (Evangelista, 2018) e, ao contrário, consagrou-a como apoteose de um neoliberalismo digital.

Com uma abordagem mais historiográfica, Fred Turner (2006) detalha como se deu a relação entre a contracultura e a cibercultura, explorando as divisões políticas entre os *hippies* e a nova esquerda dos anos 1960, assim como entre os setores mais técnicos, ativistas e amadores, que passaram a explorar as possibilidades da microcomputação.

A vitória contemporânea desse neoliberalismo digital se dá pela ascensão das Big Techs, que passam a explorar os dados que trafegam na rede, e toda forma de rastros digitais que deixamos ao sermos interpelados pelos dispositivos cibernéticos, como insumo para o capitalismo. Zuboff aponta como o capitalismo de vigilância está lidando com o social tornando-o o mais previsível e influenciável possível. O poder instrumentário operaria sem necessidade de coerção explícita, modulando silenciosamente o comportamento humano em larga escala por meio de mecanismos digitais automatizados. Mas, ao mesmo tempo que é um projeto de domínio de mercado, o poder instrumentário tem uma base filosófica que, quando aplicada, segundo a autora, “refaz a natureza humana” (Zuboff, 2019, p. 352).

Nesse contexto, a subjetividade e a reflexão humana são progressivamente diminuídas em favor de um regime de previsibilidade comportamental no qual a liberdade não é diretamente suprimida, mas debilitada de maneira imperceptível para servir a uma arquitetura invisível de controle e lucro. Para entender os fundamentos dessa nova forma de poder, Zuboff recupera os escritos utópicos e filosóficos de B. F. Skinner, pai do behaviorismo radical, e de acadêmicos/empreendedores contemporâneos como Alex Pentland, autor do conceito de “mineração da realidade”, no qual dados passivos dos usuários (como localização, padrões de movimento, chamadas telefônicas e interações *on-line*) se transformam em modelos preditivos do comportamento humano.

Zuckerberg e Larry Page, do Google, são citados por Zuboff – e poderíamos adicionar Musk – como “executivos da utopística aplicada”, ou seja, estão imbuídos de implementarem as visões de sociedade de Skinner e Pentland. *Walden II: uma sociedade do futuro*, romance utópico de Skinner, escrito em 1948, ilustra as relações de poder inerentes a esse sonho tecnológico: um mundo gerenciado por técnicos, responsáveis pela engenharia de comportamentos sociais, sem conflitos e profundamente eficiente, pois as

vontades de indivíduos, grupos e classes foram suprimidas por uma força de modulação comportamental cientificamente informada.

É a anulação da política democrática em favor de um poder que controla o outro como se fosse uma espécie incapaz. Sustentado em uma economia de mercado, o poder instrumentário opera para o consumo incessante, a extração veloz de recursos naturais, a exploração máxima do trabalho e as instabilidades políticas que evitam obstáculos à privatização.

ALTERNATIVAS INSUBMISSAS

Pressionados pela sociedade civil, os governos tentam frear o poder das Big Techs. Leis como a GDPR (Regulamento Geral de Proteção de Dados) europeia e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) brasileira foram tentativas iniciais de dar algum regramento e justiça à coleta indiscriminada de dados. Mas são regulamentações com efeitos tímidos, que apostaram demais na autonomia dos indivíduos para dizer ‘não’ ao uso de seus dados e de quebra acabaram legitimar algumas práticas. No caso brasileiro, some-se ainda a fragilidade institucional e financeira da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), entidade responsável por fazer valer a lei. Mais recentemente, a Europa fez alguns avanços com o Digital Markets Act (DMA) e com o Digital Services Act (DSA), direção que o Brasil esboça seguir com discussões ainda iniciais por parte do Ministério da Fazenda, para regulamentar o mercado, e com o PL 2630/2020, a lei das *fake news*, alvejada em praça pública pelo *lobby* das Big Techs.

Nenhuma dessas iniciativas, no entanto, parece enfrentar o problema em si, em sua dimensão correta. Pelo contrário, ainda que recentemente o governo federal tenha adotado ideias como “soberania digital” como *slogan* – assim como governos estaduais e municipais –, é perceptível e crescente a sua dependência das estruturas das Big Techs por meio de programas ingênuos de “transformação digital”. Sem uma política digital consistente e ampla, os serviços estatais vão sendo digitalizados por meio de *hardwares* e *softwares* do Vale do Silício, com órgãos nacionais muitas vezes atuando como *brokers*, revendedores de serviços de nuvem (onde estão os dados) estrangeiros.

Nenhuma política regulatória conseguirá ser aprovada ou se tornará eficaz enquanto o Estado e a sociedade estiverem à mercê de Big Techs capazes de chantageá-los. Há alternativas, tanto em termos de *softwares* – como as redes sociais federadas e descentralizadas licenciadas como *softwares* livres e abertos –, quanto em termos de *hardware*. O Brasil tem excelência na formação de desenvolvedores e analistas de sistemas, que poderiam ser empregados na adaptação e na melhoria de *softwares* disponíveis (livres). Com o DeepSeek, a Inteligência Artificial (IA) chinesa, ficou claro que é possível superar a limitação de *hardwares* caros, cuja produção é controlada pelos países centrais, em favor de soluções mais baratas exploradas criativamente.

Os avanços em IA, especialmente no que se refere aos Grandes Modelos de Linguagem (LLM), ligaram um alerta na sociedade com relação a um aprofundamento da distância entre aqueles que produzem e os que consomem tecnologia. O governo brasileiro respondeu de forma particularmente rápida, apontando para R\$23 milhões em investimento entre 2024 e 2028 com o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA). Com menos investimento, mas com forte coordenação e planejamento, seria possível minimizar uma dependência tecnológica que não está no futuro, mas no agora, trata-se de uma possibilidade real hoje, com consequências muito concretas para a democracia brasileira. Ou ficaremos à mercê dos rompantes erráticos de Musk e das crises de meia-idade de Zuckerberg.

REFERÊNCIAS

BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. The Californian ideology. **Science as Culture**, v. 6, n. 1, p. 44-72, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1080/09505439609526455>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09505439609526455>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BEAUCHAMP, Zack. Elon Musk doesn't deserve the benefit of the doubt. **Vox**, Washington, D.C., 24 jan. 2025. Politics. Disponível em: <https://www.vox.com/politics/396535/elon-musk-nazi-salute-trump-inauguration>. Acesso em: 6 mar. 2025.

BENTES, Anna Carolina Franco. **Quase um tique**: economia da atenção, vigilância e espetáculo em uma rede social. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/16510>. Acesso em: 6 mar. 2025.

BILTON, Nick. Silicon Valley's most disturbing obsession. **Vanity Fair**, New York, 5 out. 2016. Disponível em: <https://www.vanityfair.com/news/2016/10/silicon-valley-ayn-rand-obsession>. Acesso em: 6 mar. 2025.

EVANGELISTA, Rafael. **Para além das máquinas de adorável graça**: cultura hacker, cibernética e democracia. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

EVANGELISTA, Rafael; BRUNO, Fernanda. WhatsApp and political instability in Brazil: targeted messages and political radicalisation. **Internet Policy Review**, [s. l.], v. 8, n. 4, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14763/2019.4.1434>. Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/whatsapp-and-political-instability-brazil-targeted-messages-and-political>. Acesso em: 13 jan. 2025.

EVANGELISTA, Rafael. Nascidas para lucrar: como as grandes plataformas controlam o debate on-line e ameaçam a democracia. In: BANDEIRA, Olívia; MENDES, Gyssele; PASTI, André (orgs.). **Quem controla a mídia?** Dos velhos oligopólios aos monopólios digitais. São Paulo: Veneta, 2023. p. 171-197.

MELO, Philippe *et al.* WhatsApp monitor: a fact-checking system for WhatsApp. **Proceedings of the International AAI Conference on Web and Social Media**, [s. l.], v. 13, p. 676-677, jul. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1609/icwsm.v13i01.3271>. Disponível em: <https://ojs.aaai.org/index.php/ICWSM/article/view/3271>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MESQUITA, Jane Maria Santos de. **A máquina política e a política da máquina**: um olhar sobre a direita no YouTube. 2024. 98 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1398041>. Acesso em: 15 mar. 2024.

THE FACEBOOK files, part 4: the outrage algorithm. Apresentadores: Kate Linebaugh, Ryan Knutson. Convidada: Keach Hagey. New York: **The Journal**, 14 set. 2021. *Podcast*. Disponível em: <https://www.wsj.com/podcasts/the-journal/the-facebook-files-part-4-the-outrage-algorithm/b2069914-3bd4-4d3d-8061-b9630f520696>. Acesso em: 6 mar. 2025.

TURNER, Fred. **From counterculture to cyberculture**: Stewart Brand, the Whole Earth network, and the rise of digital utopianism. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

VALENTE, Jonas. WhatsApp é principal fonte de informação do brasileiro, diz pesquisa. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 10 dez. 2019. Geral. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/whatsapp-e-principal-fonte-de-informacao-do-brasileiro-diz-pesquisa>. Acesso em: 6 mar. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.